

Estudo Técnico Preliminar 30/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 08200.007920/2021-47

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Preliminar tem como objetivo a contratação de 5.899 coletes velados para atender a demanda dos setores de inteligência, investigação, assuntos internos, segurança de dignitários, os novos policiais que estão ingressando nesse ano de 2021, sob a vigência do Edital Nº 1 – DGP/PF, DE 15 DE JANEIRO DE 2021 e para uma reserva técnica da DLOG/PF para fins de suprimento emergencial aos servidores e para fins de avaliações, testes e estudos desta Diretoria.

Esta análise é pautada pelas diretrizes traçadas pela Constituição Federal/1988, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Portaria nº 18 de 19/12/2006 / MD - Ministério da Defesa, que aprova as Normas Reguladoras da Avaliação Técnica, Fabricação, Aquisição, Importação e Destruição de Coletes à Prova de Balas, estabelecendo providências que deverão ser observados no exercício das referidas atividades. A análise também se baseia na Nota Técnica nº 9839038, de 4 de outubro de 2018, que tratou da necessidade de adoção de novos parâmetros técnicos para a compra de futuros coletes para a Polícia Federal.

Os bens referenciados neste estudo, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de bens comuns, conforme definido no § 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.450/2005, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DLOG/PF	JULIANA LAURA ALVES PEREIRA MASCHWITZ

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e demais anexos do Edital.

Como requisitos *lato sensu*, a contratação deverá contemplar o seguinte:

1. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;
2. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação.
3. Dimensionamento mais preciso da quantidade de Coletes Balísticos e o valor estimado da aquisição a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;
4. Dimensionamento do tamanho dos coletes, por meio de preenchimento de dados de sistema relativo às dimensões corpóreas pertinentes ao caso; e
5. Célere instrução do processo, com a finalidade de tornar o mais ágil possível a aquisição, de forma a atender tempestivamente a necessidade das unidades da Polícia Federal.

5. Levantamento de Mercado

Histórico: o estudo em 2 etapas

Etapa 1

Para adquirir equipamento de proteção balística é necessário definir quais os níveis de proteção disponíveis no mercado, conforme a legislação vigente, avaliando a relação “proteção x mobilidade” mais adequada ao trabalho policial. Nenhum colete no mercado será capaz de proteger o policial contra todos os calibres existentes, contudo, é possível verificar, com base em dados estatísticos e informações disponíveis, qual o colete mais adequado a ser adquirido para as atividades da Polícia Federal. Ressalte-se que, quanto maior o nível de proteção do colete, em regra, aumenta o peso e restringe a mobilidade, trazendo maior desconforto no uso prolongado, dificultando também a progressão, transposição de barreiras físicas e manuseio de armamentos, dentre outros.

As normas nacionais permitem e o mercado brasileiro possui diferentes níveis de proteção: nível I, nível II-A, nível II, nível III-A, nível III, nível IV e nível especial. Do histórico recente, as duas últimas compras de coletes balísticos realizadas pela Polícia Federal se deram nos anos de 2014 (coletes femininos), Processo 08200007979/2013-25, contrato Nº 29/2014 – COAD/DLOG, e 2016 (coletes masculinos), Processo 08200.005885/2016-64, contrato Nº 45 /2016-COAD/DLOG, sendo ambas relativas ao nível III-A.

Tal escolha reflete inclusive a necessidade que a proteção balística seja condizente com o calibre utilizado pela Polícia Federal, qual seja, o 9x19mm Luger +P+. Assim, não seria lógico que se escolhesse um colete balístico que não suportasse disparos com mesma energia do armamento utilizado pelo Órgão. Ademais, diante da liberação de calibres, cuja legislação anterior considerava de uso restrito, a proteção de nível III-A se mostra imperiosa, a fim de dirimir os riscos da atividade policial. Mais uma vez, reforça-se o fato de o estudo visando a aquisição de coletes velados ser pioneiro dentro do órgão e reflete a continuidade de estudos e adequação aos avanços tecnológicos e às casuísticas da Polícia Federal. Serão apresentados a seguir alguns dados referentes a compras passadas, com o objetivo de mostrar a evolução dos estudos no setor, e o como pesquisas científicas na área trazem impactos positivos à atividade operacional e aos cofres públicos.

Como forma de evoluir a qualidade dos produtos a serem adquiridos pela Polícia Federal, a licitação realizada em 2016 (coletes operacionais masculinos) contou com o acréscimo de algumas exigências com o objetivo de garantir melhorias na questão de segurança, durabilidade e resistência dos coletes. Foram exigidos testes de inflamabilidade, abrasividade e imersão em água. Na questão da capa tática foi exigido o tecido Cordura 1000 ou equivalente, costuras eletrônicas e sistema modular na área inferior, além de outros. São elementos os quais refletem os avanços tecnológicos em resistência dos materiais para desenvolver o citado EPI. Apesar de o quesito de capa tática não se aplicar ao colete velado, é prova dos constantes estudos realizados na presente Divisão de Planejamento e Controle da Logística Policial, a qual prima pela descoberta e aplicação de materiais atualizados em sua corporação, visando à proteção de vidas.

Ainda no sentido de buscar melhorias diante da necessidade de lançamento de novo instrumento convocatório para a aquisição de coletes balísticos no ano de 2019, conforme números já apresentados, a Divisão de Planejamento e Controle da Logística Policial – DPC realizou pesquisa de satisfação com os servidores policiais no sentido de avaliar a aceitação e uso dos coletes balísticos atualmente disponibilizados. Em relação à tal pesquisa, o percentual de respostas Ruim e Péssimo foi de certa forma alarmante, informação que, por si só, já demonstra o amplo espaço para implementação de melhorias nas características deste tipo de equipamento no âmbito da Polícia Federal.

Tabela 7 - Resultados da pesquisa de satisfação de coletes na Polícia Federal. Fonte: Relatório nº 9380791 - Processo SEI nº 08200.024404/2018-81

Itens avaliados	Resultados (%)		
	Ruim ou Péssimo	Indiferente ou Não Respondeu	Bom ou Ótimo
Quanto ao conforto ao sacar e coldrear (na percepção dos homens)	55	20	25

Quanto ao conforto ao sacar e coldrear (na percepção das mulheres)	50	9	41
Quanto ao peso do colete	36	21	43
Quanto à mobilidade	70	9	21
Quanto ao conforto térmico	45	31	24
Quanto a facilidade para vestir ou retirar (na percepção dos homens)	45	19	36
Quanto a facilidade para vestir ou retirar (na percepção das mulheres)	40	13	47

Sabe-se que no ano de 2014 foram adquiridos coletes femininos com bojo. A questão do bojo em coletes balísticos femininos vem sendo estudada há alguns anos por organismos de segurança pública, acadêmicos e fabricantes de diversas partes do mundo. Pesquisas realizadas pela Divisão de Planejamento e Controle - DPC/CGPLAM/DLOG /PF junto às policiais mostraram um percentual equitativo em relação ao grau de satisfação e insatisfação desse público. A insatisfação advém de uma maior rigidez da proteção balística, dificultando a movimentação e a desenvoltura para as atividades policiais da policial. Uma customização perfeita de um colete com bojo adaptado ao seu tamanho e compleições corporais com equipamentos específicos geraria um custo altíssimo para a Administração Pública, de acordo com levantamentos que foram realizados em reuniões pela Divisão com fornecedores nacionais e internacionais. Nesse sentido, optou-se por um colete sem bojo e que preze pela qualidade em termos de flexibilidade, leveza e uma maior segurança das policiais.

O Serviço de Ensino Operacional - SEOP/DIDH/COEN/ANP se posicionou, por meio do Despacho nº 10263858, no seguinte sentido, *in verbis*:

"(...) este Serviço de Ensino Operacional - SEOP se manifesta contra a exigência de bojo para futura aquisição de coletes balísticos para o público feminino, visto que, a instalação destes pode trazer maior exposição ao risco de ferimentos oriundos de impacto balístico que os modelos de coletes preferencialmente femininos ou unissex que não se utilizam de tal conformação."

A informação acima é corroborada por estudos científicos de *Abtew et al.* (2018)[1].

Cabe esclarecer que os coletes adquiridos pela Polícia Federal, até o presente momento, são os chamados operacionais ou táticos, isto é, coletes com capas caracterizadas identificáveis pela população em geral. Neste sentido, possuindo a Polícia Federal, com exclusividade, a atribuição de polícia judiciária da União, as ocasiões de utilização de coletes operacionais estão restritas, como regra geral, aos momentos de deflagração de operações policiais.

Na prática observamos coletes desconfortáveis, pouco flexíveis, pesados e que geram sensações térmicas inadequadas; eles são "encostados" ou esquecidos pelos policiais. Não é difícil observar policiais federais iniciarem as operações utilizando os coletes e terminarem com os mesmos guardados dentro do porta-malas de viaturas. É fundamental que os policiais federais utilizem os coletes balísticos para que estes alcancem a sua utilidade.

Tendo em vista a necessidade de modernização dos equipamentos de segurança utilizados pelos policiais federais, em especial pelo crescente aumento do poderio bélico e de organizações criminosas no Brasil, a Divisão de Planejamento e Controle da Logística Policial - DPC, juntamente com outros setores técnicos da Polícia Federal, mantém contínuos estudos em diversos temas ligados ao desempenho das atividades policiais. Dessa forma, inaugurou-se grupo de trabalho, por meio do processo número 08200.002139/2021-86, com vistas a futura aquisição. Num primeiro momento, prospectou-se o mercado fornecedor, a fim de proceder ao mapeamento de empresas e produtos mais atualizados que atendam aos requisitos de segurança e mostrem-se interessadas em fornecer para a Administração Pública.

Destarte, o desafio técnico que se apresenta a respeito da aquisição de coletes deve levar em consideração aspectos climáticos de um país continental, violência que se apresenta na sociedade, conforto do operador de

segurança (peso e flexibilidade do colete), segurança/proteção oferecida pelo equipamento (área de proteção x mobilidade), resistência e durabilidade (economicidade), garantia, possibilidades de utilização (ambientes apropriados), entre outros.

Soma-se a isso, na presente ocasião, a necessidade de buscar equipamento cujo uso discreto seja possível e possa apresentar versatilidade. A Polícia Federal é, em sua essência, órgão investigativo de polícia judiciária; nesse sentido, há forte demanda de colete não perceptível sob a vestimenta do operador, em virtude de a maioria das atividades policiais serem desempenhadas onde a identificação da profissão policial não é desejada.

A versatilidade do equipamento estaria na possibilidade de utilizá-lo com nova configuração, ao poder agregar ao colete discreto uma capa tática ou destinar área com velcro a fim de afixar as insígnias do órgão e estampá-la no equipamento, tornando-o em equipamento ostensivo, conforme a necessidade de variação do uso. Ter-se-ia, dessa maneira, material único exercendo dupla função. Além disso, com a inovação tecnológica desse tipo de colete, é possível atingir os quesitos técnicos anteriormente citados, tais como: flexibilidade, leveza, conforto térmico, mobilidade.

Por outro lado, houve também o desafio administrativo na condução dos trabalhos. Assim, a equipe também colocou esforços para mapear empresas interessadas em contratar com a Administração Pública, e que possuíssem documentação hábil para fazer frente à legislação licitatória.

Prova disso foi a constituição de grupo de trabalho multidisciplinar no âmbito do processo número 08200.001602 /2020-91, com equipe de planejamento da contratação (à época) nomeada na Portaria 551 - DLOG/PF, documento SEI nº 13851033. O processo foi iniciado em 30 de janeiro de 2020, e teve seu relatório técnico final (17148235) emitido em 22 de dezembro de 2020.

Foram praticamente doze meses de estudo. Em breve resumo, no momento em questão, os participantes com diversas expertises aplicadas à atividade policial tiveram a oportunidade de prospectar o mercado, conhecer os equipamentos de algumas das empresas elencadas no relatório citado, bem como testá-los em sua aplicação durante as atividades policiais. Isso significou realizar atividades diárias do policial, seja no cumprimento das inúmeras operações policiais, seja no uso em atividades de segurança de dignitários, executando seus movimentos profissionais mais corriqueiros. Os materiais foram experimentados e tiveram seus desempenhos medidos por meio de questionários. Por fim, as respostas foram analisadas seguindo a aplicação da escala de Likert, vide Relatório SEI nº 17148235 em seu item 2.19.

Isso se constituiu numa primeira fase de análises desses novos materiais. Cabe salientar, entretanto, que em virtude da Pandemia mundialmente instalada (COVID-19), não foi possível o recebimento e teste de todas as amostras esperadas à época. Assim, optou-se por finalizar o relatório tal como foi apresentado, em virtude das muitas incertezas do contexto pandêmico.

Etapa 2

O presente processo de aquisição foi reinaugurado, em uma primeira versão, sob o número SEI! 08200.002139 /2021-86, na data de 15/04/2021. O raciocínio inicial focou em seguir ao máximo as recomendações preconizadas no relatório final do Estudo Técnico Preliminar apresentado sob o número 17148235. Naquele momento, havia descrição de produtos de cinco (05) fabricantes passíveis de atender às necessidades técnicas da Polícia Federal, na proteção de seu bem maior: preservação da vida de seu efetivo policial.

Ocorre que, no primeiro trimestre do ano de 2021, algumas empresas ainda finalizavam suas entregas de amostras iniciadas nos contatos realizados em ano anterior. Produtos os quais não fizeram parte dos testes iniciais foram recebidos extemporaneamente, e tiveram suas medidas de massa e espessura verificadas à exemplo das outras amostras, bem como testou-se a usabilidade conforme questionário aplicado em momento anterior. O objetivo era garantir a mesma oportunidade de testes entre os diversos fabricantes, bem como proceder ao correto e amplo mapeamento da existência de opções junto ao mercado interno e externo.

Em breve resumo, o relatório técnico inicial trazia uma série de recomendações, as quais muitas foram prontamente acatadas por esta EPC. Por outro lado, concluiu-se pela não utilização de critérios de massa e/ou densidade na adoção da solução correta, pois esses itens não necessariamente traduziram o conforto ou desconforto no uso do equipamento. Por sua vez, não se realizou teste balístico nas amostras, pois a maioria dos equipamentos apresentam certificação NIJ publicada no site correlato. Recomendou, também, a execução de testes de usabilidade na fase licitatória, ainda que simplificados. E por fim, não conseguiu apresentar o adequado horizonte de tempo na exigência de garantias do equipamento de proteção, sob pena de restringir o processo licitatório.

Nessa seara, e com o objetivo de aprimorar as avaliações anteriores, a presente EPC revisou processos e avaliações do material, na tentativa de abarcar número maior de fabricantes e suprir as lacunas do estudo

inicial. Assim sendo, revisou-se a forma de mensuração de peso do equipamento completo, bem como a espessura dos painéis; e simplificou-se o questionário de usabilidade para conferir rapidez ao processo de produção da informação, bem como assegurar a pertinência do que está sendo pedido com a real aplicação do material a ser utilizado.

Limitações do Processo de Investigação de Amostras

Cabe salientar que as amostras recebidas das empresas não contêm a melhor tecnologia de fabricação de seus produtos dentro de sua própria linha de produção, pois são ofertadas ao órgão em gratuidade. Tal fato traduz a impossibilidade de se avaliar em profundidade o universo dos fabricantes e suas tecnologias. Foi impossível, por exemplo, aferir todos os tamanhos disponíveis por determinada indústria, sendo que alguns modelos ofertados já tinham passado por atualização tecnológica e estavam inativos dentro do que é pedido pela certificação NIJ 01.01-06. Outro ponto a mencionar é que veio ao conhecimento da equipe o fato de alguns dos modelos terem sido testados nas feiras e apresentações de representantes os quais detinham dados diferentes (e melhores) do que foi aferido em laboratório da PF (indicadores de massa mais leves do que os das amostras cedidas para testes). Tais variações de informações, em geral, não auxiliam na acurácia das decisões do órgão.

Houve dificuldade na obtenção de dados oficiais do fabricante; talvez por sigilo industrial não há interesse em divulgar um datasheet correto, completo e de fácil acesso em seus próprios sites. Nesse sentido, não foi possível obter e correlacionar a área de cobertura dos painéis balísticos à possibilidade de se escolher modelagem com recorte que favoreça a compleição física do policial e traga o conforto requerido. **Por esse motivo, a presente Equipe de Planejamento da Contratação acreditou que utilizar índices de massa e espessura conferem objetividade ao procedimento licitatório, a despeito da recomendação inicial do relatório SEI 17148235 (em não se utilizar a massa e espessura como critério delimitador de modelos)**. Pode não ser o melhor método, mas é o que traz à baila melhor objetividade acerca das possibilidades de escolha dos modelos estudados.

Outro aspecto está relacionado à pandemia: ela em si não favoreceu vários pontos do estudo para planejamento da contratação futura, a saber:

1. atrapalhou os prazos para os testes;
2. dispersou o recebimento de amostras em virtude de dificuldades de desembaraço aduaneiro de materiais vindo de fora do país;
3. impossibilitou a reunião presencial de policiais, a fim de dar celeridade no processo de prova do equipamento (dispersando, por sua vez, o preenchimento das fichas de avaliação);
4. Aumentou expressivamente o preço de mercado do equipamento, em virtude da alta variação cambial e escassez de insumos; isso provavelmente não auxiliou o aumento da oferta de amostra pelas muitas empresas contatadas.

O estudo é pioneiro dentro do órgão, e por isso, não houve a possibilidade de comparações com outras aquisições passadas; tal fato gerou dificuldade na consideração dos parâmetros certos na escolha de produtos disponíveis no mercado, cuja adequabilidade seja traduzida em compra vantajosa para a Administração Pública, e propicie a proteção adequada ao efetivo policial. Ainda assim, a comissão atual buscou obter o máximo de informação junto ao mercado (acerca da disponibilidade), e junto ao usuário final (em relação ao conforto), uma vez que os critérios de segurança do produto já são ditados por normas técnicas consagradas.

Por fim, cabe mencionar que o processo de pesquisa ficou prejudicado de ser feito em momento único, devido as mudanças que aconteceram na composição dos integrantes na EPC, ocasionando uma lacuna na transição de dados e atualizações em relação as demandas em questão.

Em virtude disso, a presente EPC optou por revisar e simplificar processos, bem como juntar ao estudo inicial as amostras extemporâneas.

Visitas a Feiras

Como fonte de informações para os referidos estudos, entre outros, são/foram realizadas visitas a feiras e exposições nacionais e internacionais de equipamentos de defesa e segurança pública. A exemplo, verificou-se em visita técnica, por equipe da DPC em junho/2018 (*Eurosatory*) e em março/2019 (*IWA Outdoor Classics*), a existência de coletes balísticos mais leves, flexíveis e com prazos de garantia que podem se estender a até 10 anos, sendo que os prazos oferecidos usualmente pelas empresas brasileiras são de apenas 5 anos. Este dado pode se traduzir em economia nas compras da administração na medida em que o custo da unidade adquirida, mesmo que um pouco maior, pode ser dividido por um período muito maior de utilização.

Também, conforme visita, por equipe da DPC em abril/2019 (LAAD), verificou-se que o mercado nacional vem trabalhando na modernização dos coletes, tanto na norma relativa aos testes balísticos (migração da norma do



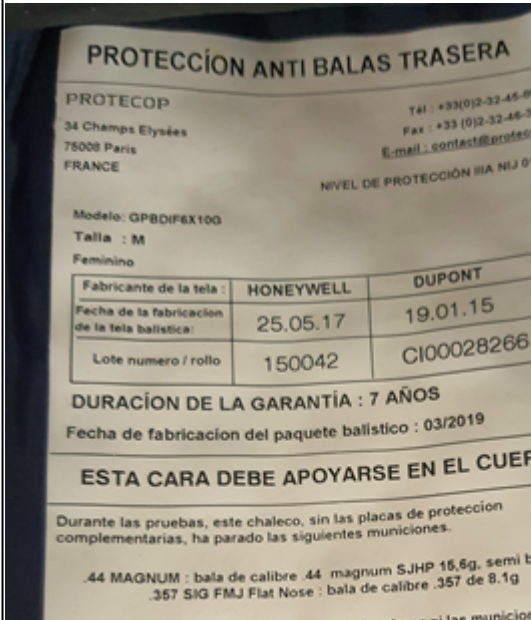
National Institute of Justice dos Estados Unidos - NIJ, da 0101.04 para 0101.06), como na qualidade dos produtos (capa externa e painéis balísticos). De outro modo, percebeu-se durante visita ao evento que o mercado internacional possui uma ampla variedade de empresas capazes de fornecer, pelo menos tecnicamente, coletes leves, com densidade de área de 3,9 kg/m², bem como coletes relativamente flexíveis, conforme consta no Relatório nº 10553965.

Das Amostras Recebidas

Foram recebidas amostras, em gratuidade, das seguintes empresas: Protecop, GK, Crye Precision, Us Armor, Point Blank, NFM, e Miguel Caballero. A título de revisão do estudo preliminar apontado no relatório SEI 17148235, a presente equipe organizou as informações em formato de "Ficha Técnica" (apresentado abaixo), o qual apresenta as medidas de massa do conjunto, espessura dos painéis e fotos dos equipamentos recebidos. Os dados foram obtidos por mensuração em laboratório do Instituto Nacional de Criminalística (INC), a fim de gerar informações com procedimentos uniformizados os quais possam ser repetidos na fase licitatória.

Embora na listagem acima constem empresas estrangeiras, o mercado nacional também foi igualmente prospectado, porém não trouxe para a Administração resposta satisfatória até o fechamento do presente estudo. Prova disso foi o contato feito via canal de atendimento da empresa INBRA em seu site, no dia 13/04/2021; no momento, a atendente apenas retornou a mensagem de encaminhamento ao setor técnico, alegando que "em breve" daria retorno.

Das amostras recebidas:

<div> <div>AMOSTRA - 1</div> <div>PROTECOP</div> <div>TAM: M</div> <table> <tr> <th>ESPESSURA (mm)</th><th>Superior</th><th>Inferior</th><th>Direita</th><th>Esquerda</th><th>MÉDIA</th></tr> <tr> <td>frontal</td><td>7,51</td><td>7,74</td><td>8,14</td><td>7,85</td><td>7,81</td></tr> <tr> <td>dorsal</td><td>8,12</td><td>8,02</td><td>7,81</td><td>7,45</td><td>7,85</td></tr> </table> <div>MASSA (g): 1904 (com capa externa)</div> <div>MODELO: GPBDIH6X10G</div> <div>GARANTIA: 7anos</div> </div>						ESPESSURA (mm)	Superior	Inferior	Direita	Esquerda	MÉDIA	frontal	7,51	7,74	8,14	7,85	7,81	dorsal	8,12	8,02	7,81	7,45	7,85
ESPESSURA (mm)	Superior	Inferior	Direita	Esquerda	MÉDIA																		
frontal	7,51	7,74	8,14	7,85	7,81																		
dorsal	8,12	8,02	7,81	7,45	7,85																		
OBS.: RECEBIMENTO EXTEMPORÂNEO																							
<div>  <div>Face frontal</div> </div>																							
<div>  <div>Face interna</div> </div>																							
<div>  <div>Etiqueta detalhe</div> </div>																							

AMOSTRA - 2					
GK					
TAM: L					
ESPESSURA (mm)	Superior	Inferior	Direita	Esquerda	MÉDIA
frontal	10,93	10,27	9,68	10,22	10,275
dorsal	10,09	9,85	9,54	10,28	9,94
MASSA (g):	2490				
MODELO:					
GARANTIA:	10 anos				

Face frontal

Face interna

POLICE NATIONALE DE NOUVEAU BRÉSIL - POLICE NATIONALE DO URBANO - ADJUNTO NATIONALE
 C-5 - PARE-ALM - 3 INDIVIDUEL (OPB) Maxtough MODELO 2
 TAILLE 104/116 L. Mois et année de fabrication
 K PROFESSIONAL
 Numéro de série: 2013.1150367878 PN 1003972 / 11
 904-4099-000-00
NIVEAU DE PROTECTION
 Lors des essais, ce gilet, sans les plaques de protection complètes, a arrêté les munitions suivantes:
 9 mm PARABELLUM : balle de calibre 9x19 mm 8 g, chemise
 7.62 TOKAREV : balle de calibre 7.62x25 5,5 g, chemise
 44 MAGNUM : balle de calibre, 44 Remington magnum 15,5 g,
 CALIBRE 12 : balle de calibre 12/70 de 31,5 g, BRENN
 TIR A BOUT TOUCHANT : Balle de calibre 9x19 chemise
 PARE LAMES : Test PN avec lame standard CAST P1B à
 PARE AIGUILLE : Test PN avec aiguille BD flu (e0,6x 25mm
 Ce gilet n'arrête pas les projectiles perforants ni les munitions
 et carabines à canon rayé.

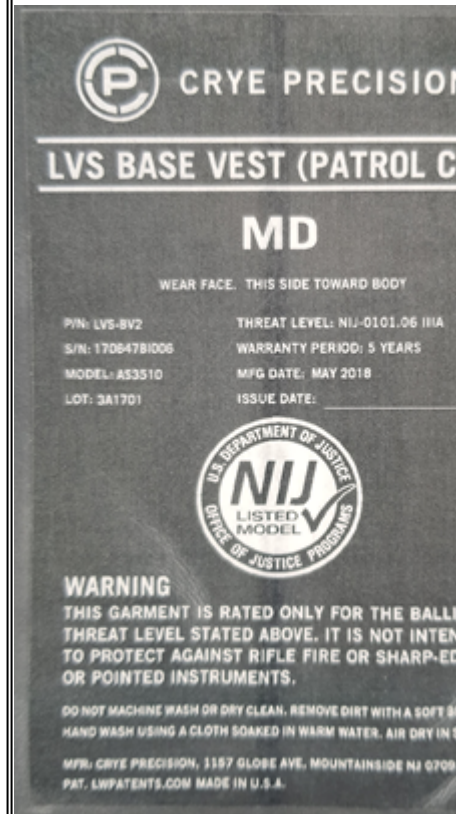
Etiqueta detalhe

AMOSTRA - 3					
CRYE PRECISION					
TAM: MD					
ESPESSURA (mm)	Superior	Inferior	Direita	Esquerda	MÉDIA
frontal	7,89	8,04	8,26	8,58	8,1925
dorsal	7,88	9,07	9,06	8,98	8,7475
MASSA (g):	1886				
MODELO:	AS3510				
GARANTIA:	5 anos				

Face frontal



Face interna



Etiqueta detalhe

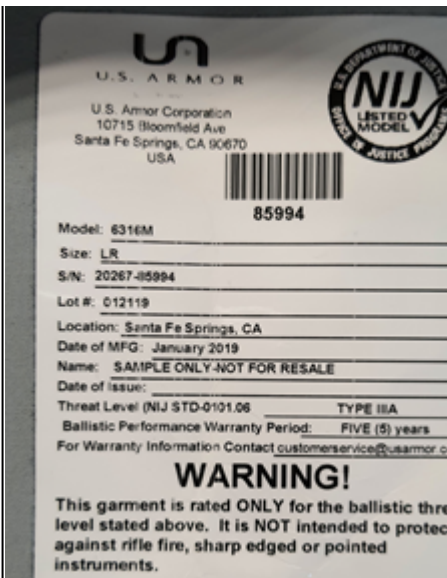
AMOSTRA - 4					
US ARMOR					
TAM: LR					
ESPESSURA (mm)	Superior	Inferior	Direita	Esquerda	MÉDIA
frontal	7,37	7,73	7,07	7,49	7,415
dorsal	7,6	7,07	7,44	7,79	7,475
MASSA (g):	2091				
MODELO:	6316M				
GARANTIA:	5 anos				
OBS.: tiras soltas. Reclamação forte em relação a isso.					



Face frontal



Face interna



Etiqueta detalhe

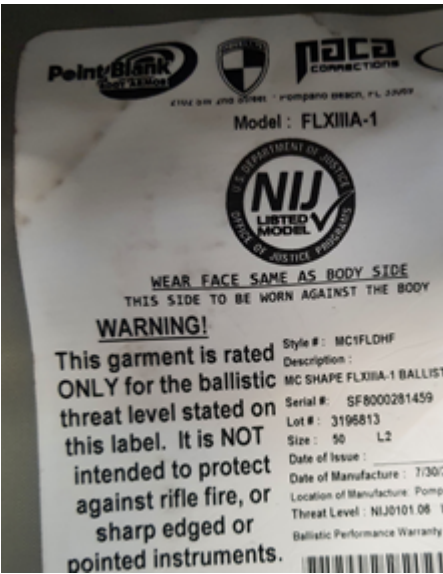
AMOSTRA - 5					
POINT BLANK					
TAM: L2 masc					
ESPESSURA (mm)	Superior	Inferior	Direita	Esquerda	MÉDIA
frontal	7,21	7,49	7,03	6,86	7,148
dorsal	8,26	7,94	7,41	7,46	7,768
MASSA (g):	2823				
MODELO:	Elite FLXIII A				
GARANTIA:	5anos				
OBS.: tiras soltas. Reclamação forte em relação a isso.					
painel balístico não se solta da capa; amassou, quando					
da tentativa de reposição dentro da capa.					



Face frontal



Face Interna



Etiqueta detalhe

AMOSTRA - 6					
NFM					
TAM: S4B					
ESPESSURA (mm)	Superior	Inferior	Direita	Esquerda	MÉDIA
frontal	12,06	11,79	12,49	12,12	12,115
dorsal	12,41	12,81	12,22	12,13	12,393
MASSA (g):	1814				
MODELO:					
GARANTIA:	5anos				



Face frontal



Face interna



Etiqueta detalhe

AMOSTRA - 2					
MIGUEL CABALLERO CAMISA BALÍSTICA					
TAM: L					
ESPESSURA (mm)	Superior	Inferior	Direita	Esquerda	MÉDIA
frontal	5,88	6,24	5,98	6,09	6,0475
dorsal	6,13	6,2	6,12	5,96	6,1025
MASSA (g):	1799				
MODELO:					
GARANTIA:	5 anos				



Face frontal



Face interna

OBS.: painel difícil de retirar da capa, para verificação da etiqueta.

Nesse contexto, e ao longo da experimentação dos modelos, ficou bastante claro que os do tipo "camisa velada" não são adequados. Embora se apresentem bastante confortáveis, possuem perfil lateral desprotegido muito amplo e sem a possibilidade de colocação de painéis balísticos, configurando-se no aumento de exposição ao risco do operador. Além disso, no seu conceito de design possuem zíper para fechamento e abertura: esse dispositivo não se mostra durável, segundo relatos de alguns usuários da área operacional.

Conforto

Segundo o relatório SEI nº17148235, o desenho do conjunto deve refletir conforto nos movimentos usuais do policial, seja ao sentar, levantar, entrar em um veículo, agachar-se e até realizar um saque velado de arma, entre outros. Todos esses atos não podem demonstrar que o policial está com uma vestimenta de proteção balística, já que sua utilização, em regra, dar-se-á em momentos nos quais a identificação da profissão não é desejada.

No que se refere ao tamanho entende-se, conforme últimas aquisições, manter os tamanhos (PP, P, M, G e GG), com ajustes finos na cintura e ombros. Em conjunto a este, será utilizado o sistema de coleta de dados das dimensões corpóreas de cada policial da Polícia Federal, os quais serão entregues à empresa vencedora que indicará, dentre os tamanhos disponíveis, aquele mais adequado para o servidor.

Durante os testes, e apesar de todos os esforços aplicados, o testes de usabilidade realizado pela presente EPC não é infalível (pode conter falhas), pois não se pôde compatibilizar as medidas corpóreas dos policiais às modelagens adequadas de tamanhos compatíveis, os quais devem ser creditados e informados pelo fabricante. Assim sendo, muitas experimentações foram feitas por aproximação visual, e não pela precisão de informação vinda de fábrica.

Ainda de acordo com o estudo feito na primeira etapa, o material de composição do painel balístico está intrinsecamente ligado à mobilidade do usuário que, consequentemente, se relaciona com o seu peso e sua maleabilidade, impactando no conforto do colete e a quantidade de tempo que o policial suportará a utilização do equipamento de segurança.

Diante disso, o mercado desenvolveu tecnologias a fim de minimizar o peso e maximizar a maleabilidade. Existem basicamente dois tipos de materiais: aramida e polietileno (existe também uma composição mista desses dois materiais).

Outro detalhe é que o colete deve ser capaz de garantir conforto térmico, uma vez que esse quesito traz insatisfação nos modelos atuais (40% acham ruim ou péssimo), sem perder proteção balística, garantindo conforto em quaisquer localidades no país. Não é demais lembrar, que pela sua competência de atuação, o policial federal poderá prestar serviços no norte ou no sul do país, locais de microclimas totalmente diversos, pelo que se necessita de um colete velado que garanta conforto térmico em situações de frio e calor extremos.

Também deve-se manter a avaliação de tensão ou a área dos velcros, uma vez que foi relatado em compras anteriores a insatisfação para retirar ou vestir os coletes atuais (45% acham ruim ou péssimo).

Massa do conjunto

Em relação à massa do conjunto, os estudos conduzidos outrora e apresentados no âmbito do relatório 17148235 não recomendaram a adoção de massa máxima para os coletes, tanto pelo fato de ser difícil determinar qual massa máxima para cada um dos tamanhos, bem como não ter sido verificada uma correlação entre massa de um colete do tipo velado e seu conforto. Entretanto, será apresentado no Termo de Referência, descritivo de dados técnicos dos coletes recebidos e avaliados na usabilidade, e que por isso atendem às necessidade da corporação.

Apesar da não recomendação de abordagem de valores de massa no estudo inicial (vide relatório SEI! 17148235), a presente Equipe de Planejamento de Compras (EPC) considerou importante e viável a apresentação desses parâmetros, conforme anteriormente explicado. Considera, portanto, que descrever esses itens no Termo de Referência configura-se em medida de objetividade para o lançamento do edital.

Conforme exposto outrora, foram recebidas outras amostras após o encerramento dos estudos conduzidos e apresentados no documento SEI! 17148235; tal fato se deu de forma não intencional e em virtude de recorrentes atrasos dos fornecedores, por causa da Pandemia de COVID-19. Nesse sentido, a presente EPC sentiu a necessidade de uniformizar a sistemática de comparações, confirmar os modelos recebidos, e verificar referências mínimas de peso e espessura dos painéis balísticos. Assim, a EPC optou por fazer novamente a triagem do modelos os quais atendem às exigências da NIJ 0101.06, bem como procedeu à pesagem e à mensuração de espessura dos painéis balísticos das amostras.

Diante do exposto, esta EPC conclui pelos valores evidenciados a seguir:

Coletes compreendidos no tamanho Pequeno (PP): massa 1,60kg (com tolerância de 5%, a maior ou a menor);

Coletes compreendidos no tamanho Pequeno (P): massa 1,80kg (com tolerância de 5%, a maior ou a menor);

Coletes compreendidos no tamanho Médio (M): massa 2,00kg (com tolerância de 5%, a maior ou a menor);

Coletes compreendidos no tamanho Grande (G): massa 2,20kg (com tolerância de 5%, a maior ou a menor).

Deve-se levar em conta que os tamanhos estrangeiros muitas vezes não traduzem paridade de informação de acordo com o costume e a modelagem nacional. Assim sendo, a informação aqui relatada poderá sofrer alterações necessárias à adequação do produto à realidade do que se deseja adquirir.

Adequação do tamanho do colete à compleição física do policial

Conforme estudo constante no Relatório 17148235, sugere-se que os coletes tenham ajustes finos nos ombros e na cintura. Tal tecnologia garantirá vestimenta perfeita, auxiliando na necessidade de imperceptibilidade do uso do equipamento, bem como nos movimentos do policial, que devem ser o mais próximo da atividade sem o uso do equipamento. Os ajustes requeridos foram sondados junto aos fabricantes acerca da possibilidade de se fazer, e todos afirmaram ser possível trabalhar nesse quesito e sem custo, por se tratar de mero ajuste de velcros previamente projetados em seus modelos.

Os Testes de usabilidade na fase externa da licitação estão descritos nos ANEXOS III e IV do Termo de Referência, os quais em breve descrição referem-se à facilidade de colocar, retirar, executar saque velado, perceptibilidade visual sob vestimenta comum às atividades discretas, e uso de forma a não limitar movimentos corriqueiros na atuação policial.

O estudo da ANP sugere tamanhos de coletes de acordo com a altura do policial, sem levar em conta a circunferência abdominal dos mesmos. De outro modo, o mesmo estudo alerta que o tamanho poderá variar conforme a circunferência abdominal do policial. Dessa forma, entende-se razoável a possibilidade de discriminação do objeto em 15 (quinze) tipos/tamanhos de coletes, sugerindo os Modelos Estreito, Padrão e Largo, bem como os tamanhos PP, P, M, G e GG.

Divisão proporcional das quantidades conforme os modelos/tamanhos

Foi feita uma estimativa de coletes masculinos e femininos estimados, caso a compra fosse efetuada separadamente, nos tamanhos PP, P, M, G e GG. Para isso, se baseou na divisão proporcional conforme dados da DMAT para os coletes masculinos e na distribuição formalizada no TR da compra anterior para os coletes femininos (2014), tendo sido as proporções de cada tamanho calculadas conforme tabela abaixo:

Tabela 12 - Distribuição percentual dos tamanhos masculinos e femininos adotados como base. Fontes coluna "contagem de acautelado_para" na Figura 3 e arquivo digital Anexo II TR- Quadro de Distribuição.docx

Dados Iniciais	COLETES MASCULINOS		COLETES FEMININOS	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
PP	201	5%	138	8%
P	1052	24%	992	59%
M	2337	53%	458	27%
G	575	13%	55	3%
GG	266	6%	27	2%
TOTAL	4431		1670	

Essas proporções foram utilizados como base para se obter uma distribuição, conforme as estimativas de coletes atuais deste estudo, tais sejam, 1.029 coletes masculinos e 1.561 coletes femininos, ou seja, foram adotadas as mesmas proporções para os respectivos tamanhos, conforme tabela abaixo:

Tabela 13 - Distribuição percentual dos tamanhos masculinos e femininos considerando os totais estimados atuais com a mesma proporção. Fonte: Tabela 12 em conjunto com a Tabela 2

Requisição Atual	COLETES MASCULINOS		COLETES FEMININOS	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
PP	47	5%	129	8%
P	244	24%	927	59%
M	543	53%	428	27%

G	134	13%	51	3%
GG	62	6%	25	2%
TOTAL	1029		1561	

Caso se entenda pertinente, pode-se extrapolar tais proporções para uma tabela como a da PMESP, por exemplo, que apresenta os coletes unissex separados por modelos "estrito", "padrão" e "largo", com diversos tamanhos. Para fins de compatibilidade, poder-se-ia adotar apenas os tamanhos PP, P, M, G e GG, sendo que os coletes femininos seriam compatíveis, a grosso modo, com os modelos "estrito" e "padrão" (estima-se 50% para cada modelo) e os masculinos com o "padrão" e "largo" (estima-se 50% para cada modelo). O cálculos para tal possibilidade são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 14 - Proporção estimativa conforme divisão em 15 modelos/tamanhos. Fonte: Tabela 13

Conversão dos Tamanhos	Estreito	Padrão	Largo
	50% dos FEM	50% dos FEM + 50% dos MASC	50% dos MASC
PP	64	88	23
P	464	586	122
M	214	485	271
G	26	92	67
GG	13	44	31

Nível de Proteção Balístico

Quanto à proteção, conforme consta na Nota Técnica nº 9839038, as tratativas nas principais reuniões técnicas vêm abrangendo o nível de proteção III-A.

O nível de proteção balística exigido para as compras anteriores foi o nível III-A. Conforme já relatado anteriormente, tal nível de proteção reflete a necessidade policial, diante dos calibres utilizados por criminosos e polícias brasileiras, no infortúnio de fogo amigo ou acidentes (calibres 9mm *Luger* ou .40 SW), com margem de segurança (.44 *Magnum*). Também influenciou a decisão pelo nível de proteção a recente liberação, pelo Governo Federal, de calibres antigamente classificados como restritos (pela energia proferida) para a população geral, por meio da PORTARIA Nº 1.222, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Normatização Técnica aplicável

A Nota Técnica nº 9839038 tratou dos critérios que devem ser adotados pela Polícia Federal na definição e padronização de características mínimas que devem estar presentes nos equipamentos de segurança pessoal dos policiais federais, apresentando informações técnicas e histórico e legislação que rege o tema. Nesta nota é citado, *in verbis*:

"A utilização de coletes balísticos no cumprimento de missões operacionais é de fundamental importância para o aumento da segurança dos policiais federais no desempenho de suas atribuições. A situação de crise na segurança pública do Brasil é amplamente noticiada, chegando a índices de mortes superiores a países em guerra. Neste sentido é dever dos operadores de segurança a utilização de todos os equipamentos disponíveis que possam minimizar as chances de sofrerem traumas, lesões corporais ou perderem suas vidas em ações para o cumprimento das missões institucionais."

Quanto à aplicabilidade da norma, a referida Nota Técnica citou o seguinte, *in verbis*:

"Pelos fundamentos expostos ao longo da Nota, concluímos pela necessidade de adoção pela Polícia Federal de coletes balísticos velados que atendam, no mínimo, à norma NIJ Standard 0101-06 do National Institute of Justice dos Estados Unidos da América, que possuam flexibilidade superior aos atuais modelos utilizados pelos policiais federais, de acordo com parâmetro a ser definido em futuros estudos da Comissão designada para tal e que possuam validade/garantia de, no mínimo, 7 anos de uso."

Ressaltamos que o afastamento da Norma NIJ 0101.04 se deve ao fato desta ter sido publicada em 2001 (mais de 20 anos), pelo que não se reflete a realidade atual. Assim, a aplicação da Norma NIJ Standard 0101.06, de 2008 (que já possui 12 anos de existência) traz exigências técnicas que justificam sua adoção, mesmo que, também, com idade já avançada em face da evolução dos conflitos e armamentos existentes mundialmente.

De outra sorte, como pode-se verificar nas visitas deste setor a 3 feiras de artigos policiais (Eurostatory, IWA Outdoor Classics e LAAD), o mercado internacional também está apto para fornecer itens compatíveis com a NIJ Standard 0101.06, com possibilidade técnicas de fornecer coletes com painéis mais leves e flexíveis dos que os atualmente em poder da Polícia Federal.

Somados a isso, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio do PROJETO DE NORMA TÉCNICA SENASP, presente no Processo SEI nº 08020.001630/2020-27 e amplamente divulgado pela SENASP, traz como base a utilização da NIJ Standard 0101.06, bem como menções ao projeto de norma NIJ Standard 0101-07, mostrando que o Ministério da Justiça já vem se modernizando também nesse aspecto.

Conforme mencionado, já está em fase de estudo a NIJ Standard 0101-07. Uma simples reflexão temporal mostra que a adoção, neste momento, de norma técnica de 2001 em compra possivelmente a ser realizada em 2021, de Equipamento de Proteção Individual (EPI) - Colete Balístico - em virtude dos avanços já existentes na indústria, traz o risco de compra de material menos seguro. Ainda, a não adoção de material mais leve e de melhor qualidade traz chances de manter por até mais 07 (sete) anos a situação relatada na pesquisa de satisfação supracitada.

Nesse diapasão, as Empresas (futuros licitantes/concorrentes) deverão estar aprovada no *compliance* NIJ referente ao Nível III-A de proteção, devendo estar listada no site <https://cjtec.org/compliance-testing-program/compliant-product-lists/> ou apresentar o Certificado de *Compliance* do Instituto Nacional de Justiça Americano - NIJ. O certificado de *compliance* é necessário para garantir que a empresa atenda a padrões de fabricação e controle de insumos internacionalmente, uma vez que o Órgão Polícia Federal não possui capacidade e meios atuais que garantam um padrão de excelência de fabricação de produtos de proteção balística, e nem laboratório próprio para execução de testes rotineiros (de material e balísticos) com escopo de garantir a qualidade dos produtos, e a garantia que o produto ofertado é o mesmo durante todo o fornecimento.

A escolha do Instituto Nacional de Justiça Americano se deve ao fato que o Exército Brasileiro, o qual é competente para emitir as normas de classificação de proteção balística do País, apresentou o referido Instituto como referência normativa de standard, bem como de testes, o que, por corolário lógico, esta visa manter as regras aplicáveis ao País e facilitar a participação das empresas brasileiras.

Acresça-se que a solicitação do *compliance* do NIJ serve também como redução de custos para a Administração, já que a contratação de Empresa para realização de testes periódicos completos e controle elevariam demasiadamente o custo do produto, tornando-o inviável, além do tempo total necessário para o término do procedimento licitatório.

Garantia

Quanto à garantia, a Equipe que conduziu o estudo técnico demonstrado no Relatório 17148235 chegou a duas conclusões distintas, a saber:

alterar para 07 (sete) anos, período utilizado na última compra, uma vez que o custo administrativo, ou seja a necessidade de movimentação da Administração, por meio do processo licitatório passaria a acontecer com um espaçamento maior; ou

alterar para 05 (anos) anos, uma vez que o colete mais bem classificado no teste de usabilidade está cadastrado na NIJ 0101.06 com 05 (cinco) anos de garantia, evitando-se excluir do certame esta marca, ou proporcionar redução de competitividade do certame por excluir outras marcas.

Para dirimir esse questionamento levantado, a presente Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) realizou mais pesquisas junto ao órgão certificador (*National Institute of Justice*), e pôde constatar o fato de aproximadamente 80% dos fabricantes ofertarem 5 (cinco) anos de garantia para os modelos de coletes considerados adequados. Nessa seara, a fim de aumentar a competitividade do certame, a presente Equipe posicionar-se-á pela garantia com prazo de 5 (cinco) anos.

6. Descrição da solução como um todo

Será entregue aos policiais um colete balístico velado (conjunto painéis balísticos dentro de capa costurada - capa interna ou invólucro), nos tamanhos a serem especificados.

Tais coletes, serão entregues, a priori, na DMAT/COAD/DLOG/PF, à comissão de recebimento designada. A DMAT enviará aos setores demandantes os coletes novos e providenciará o recebimento dos coletes antigos para que estes sejam devidamente descartados, conforme Portaria que regulamenta o tema. A forma de envio deverá ser discutida e planejada previamente, mas provavelmente ocorrerá com auxílio da CAOP.

Recomenda-se que não sejam compradas as bolsas de transporte, visto que estas já existem e estão em poder ou dos policiais ou dos NADs/DMAT.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Visando uma maior eficiência nas diligências realizadas por policiais de forma velada e discreta, foi feito um levantamento junto aos setores de Assuntos Internos, Segurança de Dignitários, Inteligência Policial e às Diretorias de Gestão de Pessoal e Logística Policial a fim de levantar um quantitativo necessário de coletes velados para as atividades fins do Órgão.

Esse levantamento foi iniciado no ano de 2019, tendo em vista a necessidade dos referidos setores na utilização de coletes velados para a proteção dos policiais federais que atuam em atividades investigativas, sigilosas e discretas. Sob os processos SEI 08200.005682/2019-11 e SEI nº 08200.001602/2020-91, foi levantada uma estimativa total de coletes velados de 5.899 (cinco mil, oitocentos e noventa e nove mil), tendo em vista as demandas elencadas nos documentos SEI 10567688, 10527306, 10530376, 10697483, 12065515 e 12461382.

As demandas originam-se dos setores de atividades de **assuntos internos** (10527306), SINV/COAINS/COGER/PF, cuja necessidade demanda a quantidade de 13 unidades. Isso, em conjunto com a UAIN/COR/SR/PF/RJ (10530376) que consignou o interesse em 4 unidades; e a UAIN/COR/SR/PF/SP (10697483) que manifestou o interesse em 4 unidades, perfazendo um total de **21 coletes velados**.

Quanto ao quantitativo de coletes velados necessários para as atividades de **segurança de dignitários**, a CPP/DIREX/PF (12065515) sugere uma aquisição de coletes velados estimada em 30% dos policiais lotados na SR/PF/DF, SR/PF/RJ e SR/PF/SP. Nas demais superintendências, sugere-se 20% do efetivo; e nas unidades descentralizadas do interior dos Estados Brasileiros, 16 coletes por unidade ou 10 % do efetivo policial. Por fim, é demandado 20 coletes para os policiais federais lotados na Divisão de Segurança de Dignitários (DSD/CPP/DIREX/PF). Nisso, levando-se em consideração as demandas das unidades e o efetivo de policiais considerados por meio do documento 13495101, onde consta a distribuição de policiais federais pela unidades descentralizadas, chega-se a um quantitativo de 2903 servidores para as atividades de segurança de dignitários na Polícia Federal. Somando-se os 2903 aos 20 coletes sugeridos pela DSD/CPP/DIREX/PF, Órgão Central, chega-se ao valor de **2923 coletes velados**.

Quanto ao quantitativo de coletes velados necessários para as atividades de **inteligência policial**, CGI/DIP/PF (10567688), demandou-se **364 unidades**, conforme consulta ao Sistema Interno: eGP, em nível nacional.

Adiciona-se a esse quantitativo, os **novos policiais federais** que ingressarão neste ano de 2021 oriundos do Edital Nº 1 – DGP/PF, DE 15 DE JANEIRO DE 2021), participantes do Curso de Formação Policial na Academia Nacional de Polícia, com a estimativa de **1500** coletes para os novos policiais, mais **500** coletes considerando-se os candidatos excedentes do mesmo concurso, e mais **546** candidatos na condição de sub-júdice do referido concurso.

Por fim, a **DLOG/PF** por ser o órgão responsável pelos estudos e distribuição dos equipamentos policiais em nível nacional, demandou o quantitativo de **45 coletes velados** para suprimento emergencial aos servidores e para fins de avaliações, testes e estudos.

Desta forma, o quantitativo pode ser discriminado da seguinte forma:

SETORES E QUANTITATIVOS DEMANDADOS						
1	2	3	4	5	6	

Atividades ligadas à inteligência, investigação, assuntos internos e segurança de dignitários	Novos policiais que ingressarão neste ano de 2021	Candidatos excedentes	Candidatos sub-júdice	Reserva Técnica DLOG /PF	Material de Estudos/ Testes DPC /DLOG	TOTAL
3.308	1500	500	546	30	15	5899

Diante do exposto, necessita-se adquirir 5.899 coletes provenientes das demandas apresentadas na Tabela 1, incluindo-se a reserva técnica de 30 unidades destinadas à Divisão de Material -DMAT/DLOG, e 15 unidades para a Divisão de Planejamento e Controle- DPC/DLOG/PF- para fins de continuidade da avaliação do processo de aquisição de compra com inovação tecnológica, frente às atualizações de normas consagradas em proteção balística.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 25.379.267,70

Vale registrar que não há histórico de compras anteriores para este tipo de equipamento; bem como, durante Estudo Técnico conduzido anteriormente, apenas uma empresa se prontificou a fornecer valores datados de outubro de 2019. Nesse sentido, não há que se falar em estimativa de preços por orçamentação expedita e/ou cálculo de preços médios via site do fornecedor num primeiro momento, pois muitos dados não consideram valores de fretes e encargos tributários diversos, podendo não retratar o custo real do equipamento, e aumentar sobremaneira o risco de fracasso do procedimento licitatório.

Assim sendo, a presente EPC realizará cotação oficial, nos moldes preconizados pela IN 73/2020, em seu art. 5º, inciso IV, parágrafo 2º. Constará no Termo de Referência o valor resultante do mapa de preços a ser elaborado com base nas pesquisas de preços, cujos dados serão solicitados aos principais fornecedores do ramo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993.

No caso em tela, o parcelamento do objeto em itens se não se mostra tecnicamente viável, já que não faz sentido empresas diferentes produzirem coletes de tamanhos diferentes (perda de padronização), e nem mesmo deixar a cargo de duas empresas a fabricação de coletes e capas, por risco de não haver compatibilidade na solução, bem como pode representar perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A aquisição dos Coletes Balísticos é autônoma e prescinde de contratações correlatas ou interdependentes.

De outro modo, o quantitativo de coletes masculinos em uso atualmente por policiais do sexo feminino, coletes masculinos que estão sem cautela permanente, bem como o número de policiais femininas provenientes da ANP, devem ser levados em conta para aquisição de novos coletes (por esse motivo a justificativa pelo Sistema de Registro de Preços).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 1735/2010 - DG/DPF, atualizado pela Portaria nº 4453/2014 - DG/DPF, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso e relacionando-se com as seguintes diretrizes:

1. Pessoal motivado: Dispor de efetivo motivado ao desempenho das atribuições e ao cumprimento da missão institucional;
2. Apoio logístico efetivo: Dispor de sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas; e
3. Credibilidade mantida: Dispor de elevados índices de aceitação e credibilidade perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional.

A aquisição dos Coletes Balísticos também está incluída nas políticas corporativas da Polícia Federal no sentido de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários, bem como valorização das pessoas, dos seus servidores tendo em vista a promoção da valorização e o equilíbrio do quadro funcional. A aquisição dos coletes é também complementar à Política de Fomento do ensino, pesquisa e ciência da Polícia Federal que incentiva no desenvolvimento de produções de conhecimento de interesse mundial e promovendo a disseminação interna e externa de Balística e Resistência dos Materiais pela Academia Nacional de Polícia.

A aquisição dos Coletes Balísticos contribuirá para que os seguintes objetivos institucionais e ações estratégicas, fixados no mesmo Plano Estratégico, sejam devidamente resguardados pelos motivos expostos anteriormente:

1. Objetivo Institucional: Valorizar o Servidor

- 1.1. Ação Estratégica: Gestão por Competência - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de motivação, avaliação do mérito e de reconhecimento das competências de todo o corpo funcional, reestruturando a metodologia de treinamento e ensino e de maneira a obter os melhores resultados, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- 1.2. Ação Estratégica: Assistência à Saúde do Servidor - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de proteção à saúde e à segurança, propiciando o bem-estar, satisfação e higidez de todo o corpo funcional.
- 1.3. Ação Estratégica: Política de Apoio ao Servidor Recém-Empossado - Desenvolver, sistematizar e implantar mecanismos voltados para o acolhimento, adaptação e facilitação do engajamento de servidores recém-empossados em cargos públicos da Polícia Federal.

2. Objetivo Institucional: Ampliar a Credibilidade Institucional

- 2.1. Ação Estratégica: Proteção da Imagem Institucional - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de proteção da imagem, defesa e segurança institucionais, identificando, analisando e acompanhando as informações concernentes às suas atividades, buscando diminuir os desvios de conduta e dotando o órgão de meios físicos e tecnológicos de segurança.

3. Objetivo Institucional: Reduzir a Criminalidade

- 3.1. Ação Estratégica: Prevenção à Criminalidade - Desenvolver, sistematizar e implementar medidas preventivas à ocorrência de delitos de competência da Polícia Federal, no sentido de conferir maior poder de atuação em face da criminalidade e permitir que a instituição se previna contra cenários futuros que desfavoreçam a segurança pública, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- 3.2. Ação Estratégica: Atuação Policial em Grandes Eventos - Dotar a instituição de mecanismos e estrutura necessários, de maneira a se preparar para eventos de grande porte que dependam de intervenção policial federal sistêmica e contínua, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- 3.3. Ação Estratégica: Atuação Policial em Áreas de Fronteira - Desenvolver, sistematizar, aprimorar e implantar ações preventivas e repressivas a crimes transfronteiriços e na faixa de fronteira com o objetivo de impedir a circulação ilegal de drogas, armas, bens e pessoas.

4. Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

- 4.1. Ação Estratégica: Gestão de Compras - Orientar, formalizar, executar e gerenciar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade.
- 4.2. Ação Estratégica: Gestão Patrimonial - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de planejamento, padronização, controle, otimização de uso e inventário dos bens e materiais de consumo, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

5. Portanto a contratação pretendida abrange vários objetivos do órgão, contribuindo para o efetivo atendimento da sua atividade fim.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Equipar os servidores com materiais de excelência em termos de segurança mantendo-se a Polícia Federal sempre em compasso com a vanguarda tecnológica referente à segurança pública.

13. Providências a serem Adotadas

A presente aquisição demanda que o órgão se adeque à nova norma NIJ 0101.06 para esta e novas compras de coletes balísticos.

Também é necessário que se monte uma comissão para recebimento e distribuição dos coletes, provavelmente com presidência na DMAT/COAD/DLOG/PF.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há impactos ambientais significativos previstos durante a contratação

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Por todo o exposto, DECLARAMOS que a solução que melhor atende o interesse público no caso concreto é a aquisição dos coletes acima especificados e consideramos que a contratação é plenamente viável.

16. Responsáveis

Encaminhe-se o presente ETP para análise e deliberação da autoridade competente.

JULIANA LAURA ALVES PEREIRA MASCHWITZ

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação